

**Processo / Documento nº :** 700639 / 2022  
**Período de referência:** 2021  
**Unidade Jurisdicionada:** PREFEITURA MUNICIPAL DE GROSSOS  
**Relator:** RENATO COSTA DIAS  
**Termo de alerta nº:** 2041 / 2022

## TERMO DE ALERTA – PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, por intermédio do Conselheiro Relator do processo em epígrafe, com fundamento no artigo 1º, incisos VII e XIX, de sua Lei Orgânica e no artigo 48, da Lei Complementar nº 101/2000, que dispõe sobre o dever de divulgar os instrumentos de transparência da gestão pública em meios eletrônicos de acesso público, vem emitir ALERTA ao órgão acima especificado, em conformidade com a análise realizada pelo Corpo Técnico da Diretoria de Administração Municipal, devido à constatação da seguinte situação:

### I. Situação Encontrada

Dados Verificados	Situação
Endereço Pesquisado	<a href="http://topdown.servehttp.com:8080/Transparencia/pmgrossos/despesas.aspx">http://topdown.servehttp.com:8080/Transparencia/pmgrossos/despesas.aspx</a>
Data da Pesquisa	30/03/2022
PPA	Divulgado
LDO	Divulgado
LOA	Divulgado
Prestação de Contas Anuais	Não Divulgado
RREO	Divulgado
RGF	Divulgado
RREO simplificado	Divulgado
RGF simplificado	Divulgado
Processos de despesas	Divulgado
Bem/Serviço contratado	Divulgado
Credores	Divulgado
Receitas arrecadadas	Divulgado
Procedimentos licitatórios realizados	Divulgado
Editais de licitação	Divulgado
Resultados de licitações	Divulgado
Contratos firmados	Divulgado
Lista de exigibilidades	Divulgado
E-SIC	Não Possui

Em razão da situação apontada pelo Corpo Técnico, sem embargo das atividades de fiscalização afetas a este Tribunal, recomenda-se que ocorra no prazo de 30 (trinta) dias, a adoção de providências para a efetiva divulgação dos instrumentos de transparência da gestão fiscal e dos dados da execução orçamentária e financeira, nos moldes previstos nos artigos 48 e 48-A, da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, sob pena de instauração de processo de apuração de responsabilidade para aplicação das sanções cabíveis.

Natal(RN), 31 de Março de 2.022

RENATO COSTA DIAS

Conselheiro Relator